

## Motivos para reviver o Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio em meio à reformulação curricular no Brasil

Reasons to revive the National Pact for the strengthening of Secondary Education in the midst of curriculum reform in Brazil

Razones para revivir el Pacto Nacional para el fortalecimiento de la Educación Secundaria en medio de la reforma curricular en Brasil

Recebido: 28/06/2023 | Revisado: 09/07/2023 | Aceitado: 10/07/2023 | Publicado: 14/07/2023

### **Daniel Azevedo de Brito**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4448-7346>  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil  
E-mail: [daniel.azevedo@uece.br](mailto:daniel.azevedo@uece.br)

### **Silvina Pimentel Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5486-3608>  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil  
E-mail: [silvina.silva@uece.br](mailto:silvina.silva@uece.br)

### **Leiliane Frota Correia Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0782-7513>  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil  
E-mail: [leiliane.lima@aluno.uece.br](mailto:leiliane.lima@aluno.uece.br)

### **Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8685-9857>  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil  
E-mail: [francisco.mirtiel@uece.br](mailto:francisco.mirtiel@uece.br)

### **Cosmo Mauro de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9848-6130>  
Universidade Estadual do Ceará, Brasil  
E-mail: [mauro.olliveira02@gmail.com](mailto:mauro.olliveira02@gmail.com)

### **Resumo**

A legislação educacional é modificada periodicamente com base em diversos fatores e interesses presentes na sociedade. Uma tentativa de reforma do Ensino Médio brasileiro está em curso, mesmo sendo alvo de inúmeras críticas. Em torno desta temática, este trabalho tem como objetivo elencar aspectos do Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) que poderiam ser úteis a este momento de discussão sobre alterações curriculares: seja para negar totalmente a proposta posta, posição aqui defendida, ou para alterar pontos específicos do texto. Este estudo é caracterizado como documental e de revisão da literatura, sendo produzido numa abordagem qualitativa. Foi analisado o documento original do projeto, bem como artigos de referência pesquisados no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior sobre textos que elencassem os benefícios percebidos no PNEM que poderiam ser úteis ao contexto atual. De modo geral, os argumentos destacados foram: resignificação da profissão docente; qualificação da escolha do livro didático; base para o exercício docente em novas possibilidades curriculares; reflexão sobre a educação profissional. O PNEM não é uma fórmula mágica que irá vencer os desafios impostos pela situação atual. Mas o fato é que sem um olhar e ação docente mais qualificados, tais melhorias dificilmente serão alcançadas.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Novo ensino médio; Reforma curricular.

### **Abstract**

The educational legislation is modified periodically based on different factors and interests present in society. An attempt to reform the Brazilian High School is underway, even though it has been the target of numerous criticisms. Around this theme, this work aims to list aspects of the National Pact for the Strengthening of Secondary Education (PNEM) that could be useful at this time of discussion about curricular changes: either to completely deny the proposed proposal, a position defended here, or to change specific points of the text. This study is characterized as documentary and literature review, being produced in a qualitative approach. The original project document was analyzed, as well as reference articles searched on the journal portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel on texts that listed the benefits perceived in the PNEM that could be useful in the current context. In general, the highlighted arguments were: re-signification of the teaching profession; qualification of the

choice of textbook; basis for teaching in new curricular possibilities; reflection on professional education. The PNEM is not a magic formula that will overcome the challenges imposed by the current situation. But the fact is that without a more qualified look and teaching action, such improvements will hardly be achieved.

**Keywords:** Teacher training; National Pact for Strengthening Secondary Education; New high school; Curriculum reform.

### Resumen

La legislación educativa se modifica periódicamente en función de diferentes factores e intereses presentes en la sociedad. Está en marcha un intento de reformar la Escuela Secundaria Brasileña, aunque ha sido objeto de numerosas críticas. En torno a este tema, este trabajo pretende enumerar aspectos del Pacto Nacional para el Fortalecimiento de la Educación Secundaria (PNEM) que podrían ser de utilidad en este momento de discusión sobre cambios curriculares: o bien negar por completo la propuesta planteada, posición aquí defendida, o para cambiar puntos específicos del texto. Este estudio se caracteriza por ser una revisión documental y bibliográfica, siendo producido en un abordaje cualitativo. Se analizó el documento original del proyecto, así como artículos de referencia buscados en el portal de revistas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior sobre textos que enumeraran los beneficios percibidos en el PNEM que pudieran ser de utilidad en el contexto actual. En general, los argumentos destacados fueron: resignificación de la profesión docente; calificación de la elección del libro de texto; base para la enseñanza en nuevas posibilidades curriculares; reflexión sobre la formación profesional. El PNEM no es una fórmula mágica que superará los desafíos que impone la coyuntura actual. Pero lo cierto es que sin una mirada más calificada y una acción docente difícilmente se conseguirán dichas mejoras.

**Palabras clave:** Formación de profesores; Pacto Nacional para el Fortalecimiento de la Educación Media; Nueva escuela secundaria; Reforma curricular.

## 1. Introdução

Este estudo objetiva discutir aspectos da necessidade do retorno do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no contexto da reformulação curricular no Brasil nos anos de 2020. A atuação docente melhor qualificada constituiu-se em um dos mecanismos que poderá convergir, somada a outras frentes, a um atendimento das atuais demandas educacionais surgidas, dentre outras fatores, pela tentativa governamental de implantação de um outro modelo de Ensino Médio. Concomitante a este processo, ainda pairam os desafios resultantes da pandemia da COVID-19 iniciada no Brasil em março de 2020. São desafios que vão além do previsto exigindo condutas por parte de gestores e docentes respaldados pelo fortalecimento de uma base teórica de formação mediados por uma leitura crítica da realidade.

A ideia que nos move para abordar questões que abarcam a educação pressupõe o entendimento de que seja um processo que se desenvolve assentado em um conjunto de normas gerenciadoras do próprio formato de cada nível de ensino no curso da história. O aparato legal, de um modo genérico, é passível de constantes mudanças e, em cada uma delas, impõe uma readequação no formato da educação escolar de que trata. Cumpre lembrar que as alterações evidentes na legislação se dão em função de decisões políticas que nem sempre são guiadas por demandas sociais ou que atendem aos interesses da comunidade escolar brasileira, ou seja, da população a que se destina. Não obstante, nesse contexto são acompanhados os debates calorosos que reclamam por reformas e, ao mesmo tempo, criticam a pouca participação do público a que se destinam. Realçam que no curso da tramitação e da aprovação, que não se venha considerando de modo significativo as defesas de mudanças que abarcam esses debates. Tal cenário se aplica a atual reforma do Ensino Médio instituída no 16 de fevereiro de 2017 sob a lei 13.415.

A reforma em questão tem diversas críticas, dentre elas as provenientes de muitos professores, em particular os da Educação Básica que não se sentiram inseridos e nem valorizados na construção da proposta. Mesmo com todo este movimento contrário, o fato é que as mudanças começaram a ser implantadas e muitas dúvidas emergem no meio educacional sobre a viabilidade de alguns dos pontos como, por exemplo, o fim da existência da organização dos conhecimentos (e do currículo) por disciplinas e agora a alocação por áreas do saber.

Diante das provocações decorrentes no meio educacional brasileiro insurge-se a necessidade da adoção de inúmeras estratégias para que: primeiro, discuta-se a necessidade de um novo formato para o ensino médio; segundo, em caso de

afirmação dessa necessidade, ou acontece a aceitação total do modelo proposto no governo Temer (2016-2018), ou sua negação completa ou apenas a adaptação com retirada de alguns pontos específicos. Aqui defende-se que existe sim a necessidade de um Ensino Médio que tenha mais êxito no que concerne à transição da teoria para a prática e, ao mesmo tempo, a articulação dessas categorias. Contudo, não é o observado no modelo proposto na lei 13.415 onde o cerne consiste em uma especialização precoce em detrimento de algumas áreas do saber (Dias, 2022).

Se essa transição já impõe um conjunto complexo de decisões e ações, somam-se os desafios da situação pandêmica vivenciada o que tem coincidido temporalmente com essa reformulação. A pandemia de COVID-19 possivelmente tem acarretado um conjunto de déficits de aprendizagem que precisam de intervenção pedagógica qualificada, a fim de reduzirem os prejuízos advindos da paralisação das aulas presenciais e adoção do ensino remoto.

Frente ao exposto nesta discussão, serão elencados alguns dos pontos destacados por pesquisas que apontam aspectos relevantes do extinto Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) que podem ser úteis a uma outra formação no Brasil neste contexto em que se discute a possibilidade de reformulação curricular neste nível de ensino.

De modo geral, as interpretações sobre esses estudos consideram que o PNEM tem como aspecto positivo a promoção de debates sobre temas que se relacionam ao cenário atual de reformulação curricular: ressignificação da profissão docente; qualificação da escolha do livro didático; base para o exercício docente em outros formatos curriculares. Analisar os pormenores que estes textos trouxeram e, refletir a partir disso, será uma meta a ser alcançada neste artigo.

### **1.1 O “novo” ensino médio: avanços ou recuos?**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, apenas 58% dos jovens com idade de até 19 anos possuem o Ensino Médio completo (Brasil, 2018). Existe, indiscutivelmente, uma acentuada evasão escolar na Educação Básica cujo percentual preocupa gestores das instituições deste nível em nosso país. A consequência imediata é a redução do total de jovens que concluem o Ensino Médio.

A proposta da criação de um novo Ensino Médio segundo a lei de 2017 parte do pressuposto de que se o conteúdo do Ensino Médio fosse mais conectado à vida dos estudantes haveria a redução da evasão (Brasil, 2017). Tal justificativa é deveras passível de críticas considerando a existência de diversos outros fatores que influem para a ocorrência da evasão com destaque para a dificuldade financeira da família, que, muitas vezes, exige que o jovem exerça alguma atividade remunerada para aumentar a renda familiar, independente de apressos aos conteúdos ministrados nas escolas.

A redação do texto da lei contou com a colaboração de determinados segmentos sociais principalmente ligados ao setor privado, tais como: Movimento Todos Pela Educação; Instituto de Estudos do Trabalho; Instituto Alfa e Beto. O discurso dessas entidades consistia em: defesa de um currículo mais atraente e diversificado; uma formação predominantemente técnica ao invés de teórica; ampliação da carga horária diária; restringir o ensino noturno (Silva e Krawczyk, 2016).

Uma crítica fortemente presente recaiu sobre o caráter de urgência com que o projeto foi enviado e aprovado abrindo pouco tempo hábil para um engajamento significativo dos educadores na discussão de sugestões para melhoria da ideia do projeto. É da própria natureza humana a rejeição por aquilo de que não se participa da construção e, portanto, é apresentada de forma imposta. Com a reforma do Ensino Médio não foi diferente para parcela considerável dos professores da Educação Básica brasileira. A MP 746/2016 foi sancionada pelo presidente Michel Temer na data de 16 de fevereiro de 2017 na forma de lei 13.415. Contudo, com a posse do presidente Lula, em 2023, é crescente o movimento para revogação desta lei, embora também existam forças que desejam sua implantação e outras apenas sua modificação.

Dentre tantas críticas e questionamentos está a proposição de não ser necessário precisamente uma formação especializada para atuar como docente ao admitir o profissional portador de “notório saber”. Esta questão tem sido alvo de vários embates por permitir que a docência seja exercida por quem não tem um diploma na área de atuação, conforme exigido

pelas legislações anteriores como condição obrigatória, necessariamente, para exercer a profissão em determinados níveis de ensino. Desse modo, impulsiona a desconsideração da exigência de uma formação teórico-prática realizada, preferencialmente, em instituições de Ensino Superior (Ribeiro, 2016), ficando-se à mercê do que seja definido por notório saber e sob quais critérios estão definidos o direito a esse reconhecimento.

O texto da lei também anuncia como foco especial a defesa da educação em tempo integral. Neste ponto é fundamental diferenciar a educação integral daquela em tempo integral. A educação integral defende a adoção pedagógica de estratégias para o desenvolvimento de todos os aspectos do ser humano nos seguintes eixos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia. Contudo, a ênfase textual da lei tendencia para a simples expansão do tempo diário da educação: o ensino em tempo integral. A carga horária anual tem a indicação de alterações indo para 1400 horas ao invés de 800 como costumava ser. Essa mudança traz fatores de complicação para aqueles jovens que precisam fornecer algum auxílio em casa seja cuidando de irmãos mais jovens ou idosos, enquanto os pais trabalham, bem como para aqueles que precisam exercer alguma atividade que some renda à família. Tais estudantes estariam fadados a não poderem conciliar estudos em dois turnos por terem que ajudar em casa. Ao que parece, não será surpresa, se os casos de evasão aumentarem ao invés de reduzirem como argumentava a redação do projeto (Ribeiro, 2016). Vislumbra-se, assim, a probabilidade de que um número considerável de jovens enfrentará sérias dificuldades para conseguir concluir o Ensino Médio após a adoção deste formato.

Um dos pilares do novo ensino é o desenvolvimento do Projeto de Vida dos estudantes. médio. Este projeto pode ser ofertado como disciplina, feira, oficina, de maneira trans e interdisciplinar e objetiva o desenvolvimento do protagonismo estudantil na construção do próprio projeto de vida com ênfase nas questões profissionais (Sá et al., 2022).

A suposta afinidade pessoal é veiculada na mídia como um dos grandes atrativos por permitir que os jovens escolham qual área de estudo desejam cursar. Ao invés de cursar todas as disciplinas até o fim do Ensino Médio, o (a) estudante poderá escolher em qual área pretende se aprofundar (Ribeiro, 2016). Poder-se-ia perguntar: retorna-se ao modelo de escolha formativa já utilizado na época da ditadura militar? A formação básica que até então era cumprida em três anos, agora será composta pela metade do tempo. Após essa formação comum, a ênfase deve voltar-se para optar por: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnico-profissional. É importante destacar que é o sistema de ensino quem definirá qual escola oferecerá determinada área. Ou seja, o aluno pode estudar numa escola que não oferece o saber que ele pretenda se especializar. Nem a própria escola poderá escolher as especialidades que ofertará, algo que fere a autonomia de elaboração do projeto político pedagógico das instituições de educação básica.

## 1.2 Formação continuada de professores

As formações continuadas do corpo docente fazem emergir a possibilidade de autorreconhecimento por se utilizarem de sentidos práticos e transformadores. Pode-se, inclusive, tecer uma relação entre o conceito de professor reflexivo e pesquisador e as práticas de formação. Inúmeros autores, dentre os quais Tardif (2002) e Pimenta e Lima (2017), estabelecem que o processo formativo é um ato contínuo de aprendizagem dos professores. Contudo, nem sempre estas formações são oportunizadas pelas redes de ensino (Melo & Rocha, 2023).

Em qualquer época o olhar voltado à própria ação tem se mostrado importante. Mas nos tempos atuais, onde a informação flui com muita rapidez, este olhar torna-se indispensável. Para Imbernón (2006, p. 7):

[...] a profissão docente deve abandonar a concepção dominante no século XIX de mera transmissão do conhecimento acadêmico, de onde de fato provém, e que se tornou inteiramente obsoleta para a educação dos futuros cidadãos em uma sociedade democrática: plural, participativa, solidária, integradora.

O direito dos professores de inovar e modificar suas práticas pedagógicas deve ser resguardado e incentivado. Uma

intervenção didática que não se renova nem melhora sua qualidade não irá atingir bons resultados. Tampouco irá influir na criação de novas concepções de sociedade e de mundo. Conforme descreve Roldão (2007, p. 101), “[...] torna-se saber profissional docente quando e se o professor o recria mediante um processo mobilizado e transformativo em cada ato pedagógico, contextual, prático e singular”.

Sair da zona de conforto é algo necessário entre todas as pessoas que trabalham diretamente na educação. E este sentimento e ação de busca de renovação não basta ser efetivado eventualmente durante o percurso profissional. Segundo Moran (2000, p. 29) “ensinar e aprender exigem hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação”. Ou seja, muito do que se faz atualmente é exatamente o oposto: currículos fechados e restrita flexibilidade em tudo no tocante ao ato de ensinar.

Se a formação para a docência não for enriquecida com fins de desenvolver a capacidade de encontrar respostas para situações inéditas, é inevitável que mantenha dependência de especialistas externos para a resolução de situações problemáticas que venham a se desenhar. Ser o autor de suas próprias respostas atende muito mais às demandas emergentes. Muito relacionado a estes pensamentos destaca-se as ações do denominado professor reflexivo:

O professor-reflexivo faz pesquisa-ação, experiência que repercute em três dimensões: a do desenvolvimento profissional, a da prática social e política e, por consequência, dá visibilidade ao conhecimento produzido pelos professores. Na pesquisa-ação, os professores pesquisam sobre a sua prática e sobre o contexto de seu trabalho e, refletindo sobre suas atividades, sobre seu ensino e as condições sociais que o produzem, criam saberes denominados “teorias práticas do professor” (Cunha & Prado, p. 254, 2007).

### **1.3 O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**

No âmbito das mudanças no contexto educacional brasileiro da União, Estados e Distrito Federal, tem relevo o argumento da responsabilização desses entes na implantação de ações que venham em função da melhoria da qualidade do Ensino Médio público no Brasil (Brasil, 2013). Neste sentido, esses órgãos federados defendem a ideia de desenvolver um movimento articulado em prol de viabilizar novas propostas para esse nível de ensino. Desse modo, o Pacto Nacional nascido com a intenção de fortalecimento do Ensino Médio representou, entre os tantos outros, um programa de formação continuada para professores e coordenadores pedagógicos instituído pelo governo federal brasileiro, gestão da presidente Dilma Rousseff, por meio da portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013 (Brasil, 2013). Tal proposta do Ministério da Educação teve por objetivo oferecer formação continuada aos professores do ensino médio nas 27 unidades da Federação. Coube aos professores dos 26 estados e ao Distrito Federal aderirem ao pacto. Por conseguinte, o MEC em parceria com as secretarias estaduais e distrital de educação proclamavam a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 2006) e com as DCNEM anunciadas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 (Brasil, 2012).

O curso do PNEM consistia na discussão de temáticas específicas: Ensino Médio e formação humana integral; o jovem como sujeito do ensino médio; o currículo do ensino médio, seus sujeitos e os desafios da formação humana integral; áreas de conhecimento e integração curricular; organização e gestão democrática na escola; avaliação do Ensino Médio. Cada uma das temáticas possuía cadernos específicos produzidos pelo MEC e que serviam de orientação para a abordagem da formação (Nascimento, Araújo e Lima, 2017). Os conceitos apresentados serviam como norteamento das discussões, mas não eram de forma alguma impositivos: localmente a forma de trabalho poderia ser adaptada e realizada a fim de atender mais satisfatoriamente o público.

A metodologia dessa formação indicava a adoção de uma espécie de formação em cadeia: o MEC preparava o material e formava docentes das Instituições de Ensino Superior dos estados e representantes das secretarias de educação. Estes se tornavam os responsáveis por ministrar o curso, em suas respectivas unidades federativas, para os formadores regionais (FR)

selecionados. Eles eram os agentes promotores das formações aos orientadores de estudos (OE). Era incumbência destes últimos levar a formação à escola de Educação Básica na qual trabalhavam.

O tempo de aula nas escolas acontecia em cinco horas semanais, sendo três horas de estudos coletivos coordenados pelos orientadores de estudos, bem como duas horas de estudos individuais. Além da facilidade de a formação acontecer no chão da escola, cada participante fazia jus a uma bolsa por todo o tempo de duração do mesmo: 200,00 R\$ reais para cada docente; 765,00 R\$ para os orientadores de estudo; 1100,00 R\$ para os formadores regionais (Brasil, 2013).

Esta formação continuada foi uma estratégia de valorização do trabalho docente tornando possível uma formação continuada com certificação de 200 horas para aqueles que concluíssem todo o curso, havendo ainda a possibilidade de 100 horas para quem concluísse apenas metade dos módulos (Morescho & Delizoicov, 2018). Esta certificação é um documento importante para os processos de ascensão profissional previsto em muitas secretarias de educação que apresentam planos de carreira.

Houve uma oferta grande de vagas para participação no projeto. Foram mais de 490 mil professores inscritos nas mais variadas funções, desde cursistas a formadores ou representantes institucionais. Cerca de 20 mil escolas foram beneficiadas e, indiretamente, 7 milhões de alunos da Educação Básica foram beneficiados.

Rebouças et al. (2022) discutem que, embora os participantes do pacto reconheçam a importância das bolsas, também entendem que uma bolsa temporária não é em si uma valorização plena dos docentes.

## 2. Metodologia

Este é um estudo de abordagem qualitativa, realizado em 2023, com o objetivo de ampliar o debate em torno da atual reforma do Ensino Médio frente às políticas públicas educacionais, sobretudo envolvendo o extinto Pacto Nacional pelo fortalecimento desse nível de ensino, portaria nº 1140 de 22 de novembro de 2013 (Brasil, 2013). Este estudo é caracterizado como documental reflexivo e de revisão da literatura numa abordagem qualitativa. Esta metodologia segue a orientação de Vaz (2014). O referido documento, constitui-se como marco legal de instituição e orientação do projeto com foco no programa de formação docente do governo federal. Alguns de seus artigos ganham relevância nestas análises.

Na busca inicial de material para as análises partiu-se dos descritores exatos, inclusive conforme o título do projeto: Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio. Ademais, definiu-se que a escolha para as reflexões recairia apenas em trabalhos publicados de 2015 (ano de finalização do projeto) a 2021 que foram revisados por pares e em revistas com Qualis CAPES superior a B1 por acreditar que os argumentos de artigos que têm esse perfil ofereçam uma maior credibilidade teórica. Como último critério, dentre trabalhos que investigaram mesmos tópicos, foi selecionado o publicado em revista mais bem avaliada pela CAPES. Uma vez selecionado um trabalho por argumento favorável à volta do PNEM, outros trabalhos puderam ser utilizados na discussão.

Trata-se também de um estudo documental tendo como característica trabalhar com documentos que não passaram por tratamento analítico (Kripka, Scheller e Bonotto, 2015), bem como tem é um trabalho teórico e de revisão da literatura. Valoriza a indicação feita por Lakatos e Marconi (2003) sobre a pesquisa bibliográfica ao se afirmar que não seja mera repetição do que já foi explanado sobre o assunto, mas uma abordagem diferenciada para um mesmo assunto.

Portanto, o estudo foi realizado com recursos da *internet* tomando como base produções de autores diversos, publicadas em periódicos do portal da CAPES e com a busca englobando os anos de 2016 a 2020. Reforçando, são, portanto, reflexões levantadas a partir de pesquisas e estudos que atendem aos descritores, conforme já afirmado, constantes no título do projeto: *Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio*.

Desta triagem restaram apenas quatro trabalhos. São eles: 1) Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio: resignificando a formação de professores (Nascimento, Araújo e Lima, 2017); 3) Pacto Nacional pelo fortalecimento do

Ensino Médio e o Programa Nacional do Livro Didático: aproximações necessárias (Nascimento, Amestory e Tolentino-Neto, 2018); 3) A formação continuada do Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio na gerência regional de Educação de Chapecó, SC (Morescho e Delizoicov, 2018); 4) O ensino médio no Brasil e o seu lugar na política educacional brasileira: considerações sobre o Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio e a formação profissional (Speck, Lara e Carpes, 2016).

### 3. Resultados e Discussão

O Pacto nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio é uma das mais relevantes ações de formação continuada já realizadas em território brasileiro. Implantado em 2013, foi finalizado em 2015 e contou com a participação de milhares de docentes de todo o Brasil. Porém, com a justificativa de precariedade orçamentária, o projeto não teve continuidade.

Vários trabalhos foram produzidos sobre o tema, principalmente nos anos próximos a realização dele. As conclusões de alguns trabalhos serão analisadas agora neste estudo, fornecendo subsídios ao entendimento da formação continuada e instigando pontos necessários à reflexão para a realização de outras formações que, diante dos tempos atuais, praticamente se impõem como uma necessidade para o enfrentamento dos atuais desafios docentes.

#### 3.1 Ressignificação da profissão docente

Segundo as conclusões de Nascimento, Araújo e Lima (2017) um dos aspectos positivos da formação continuada do Pacto do ensino médio é favorecer a resignificação da profissão docente. Esta transformação é decorrente do processo formativo realizado por meio de discussões coletivas entre os professores da própria escola na qual a realidade escolar é o foco dos debates.

São muitos desafios enfrentados. Estima-se que durante a utilização do ensino remoto no Brasil, mais acentuadamente entre 2020 e 2021, não houve um direcionamento pedagógico ofertado pelo Ministério da Educação às escolas de Educação Básica para lidar com essa realidade. A dedução é de que cada instituição tenha desenvolvido esse modo de ensinar de diferentes formas. Tais diferenças nos indicam suspeitar de que essa diversidade de metodologias venha gerando um abismo didático entre o que possa estar sendo ensinado e o aprendido, questão que necessita de investigação. É condição *sine qua non* encontrar os caminhos que apontam para a melhoria da atuação docente diante deste panorama que foi construído somado aos desafios das consequências das alterações curriculares nesse contexto.

Portanto, estando a exigir uma formação docente que

emerge como um processo que valoriza a experiência docente, evidenciando a relevância da aprendizagem colaborativa, propiciando aos docentes a sistematização de práticas e saberes importantes que podem ser incorporados mediante o desenvolvimento de estratégias que almejem melhor efetivação do conhecimento, na perspectiva da aprendizagem qualificada (Nascimento, Araújo e Lima, 2017, p. 138).

O PNEM não se tratava de temáticas gerais predeterminadas, de fato, apenas fornecia suporte aos debates locais e não engessavam as discussões. Para muito além disso, a estrutura do programa favorecia a reflexão sobre a própria prática e um aprendizado mútuo constituído pelas experiências coletivas vivenciadas.

Ressignificar a profissão docente perpassa a estabelecer os devidos links entre esta profissão e as necessidades emergentes do País e do mundo. O estudo destacado neste tópico observou os benefícios do Pacto nessa resignificação.

### 3.2 Qualificação do processo de escolha do livro didático

Atualmente, o chamado novo Ensino Médio, está sendo implantado na Educação Básica do Brasil tendo em sua proposta alterações curriculares significativas. A principal delas é abandonar a divisão clássica do ensino em disciplinas como Biologia, Matemática, História para consolidar a educação interdisciplinar por áreas do conhecimento.

Por conseguinte, são alterações que repercutem não somente no currículo, mas também nas estratégias de ensino para a transformação do que está previsto na teoria e o que é realizado de fato na prática pedagógica. O livro didático faz parte. Muitos são os relatos de docentes que seguem fielmente o que está nessas obras tanto para planejar como para executar e desenvolver os conteúdos de ensino. Essa questão que já devia ter sido superada, mas continua presente no cenário atual e na contramão de que o professor deva planejar considerando, em destaque, a realidade dos alunos e suas mais variadas necessidades de aprendizagem.

A pesquisa de Nascimento, Amestory e Tolentino-Neto (2018) investigou a influência do PNEM no processo de escolha do livro didático. Embora persistisse a decisão individual, foi notória, segundo a fala dos entrevistados, que o curso do PNEM suscitou debates coletivos sobre alguns dos critérios possíveis para nortear a análise dos livros a serem adotados pelas instituições de ensino.

É realizando um trabalho coletivo que se pode ampliar o campo de observação sobre os diversos fatores que devem ser considerados como de interesse pedagógico no tocante aos processos de ensino e de aprendizagem. Sobre o benefício do PNEM neste processo:

Porém, mesmo com escolhas isoladas do LD, é possível constatar, pelo menos em discurso, que os docentes levaram em consideração a formação proporcionada pelo Pacto ao escolherem os LDs. Desta forma, consideramos que, individualmente, houve um entrelaçamento entre as formações proporcionadas pelo Pacto, as quais condizem as DCNEM, e a política pública do material didático, isto é, o PNLD (Nascimento, Amestor e Tolentino-Neto, 2018, p. 546)

Frente a isso, pode ser evidenciado o quanto relevante é a escolha do livro didático ser desenvolvida de modo crítico, considerando as demandas formativas e realidade dos discentes, inclusive porque o uso desse recurso trará também repercussões na prática pedagógica, ponto esse que será discutido na próxima subseção.

### 3.3 Valorização docente e exercício docente em novos cenários curriculares

Esta questão de um novo Ensino Médio, com um enfoque interdisciplinar, sinaliza com várias indagações ao perguntar-se: Como fazer a transmutação para esta nova abordagem? Como superar o sentimento de desvalorização da profissão que ficou imerso no processo de lançamento do novo Ensino Médio? O artigo de Morescho e Delizoicov (2018) elenca aspectos de como a formação do PNEM logrou êxito na constituição de um sentimento de valorização do trabalho docente tanto porque, de forma direta, atribuindo ao recebimento a que os cursistas faziam jus, ou seja, de uma bolsa mensal para estudar neste projeto, bem como por realizarem uma formação com certificação contabilizando-se como muito positivo nos processos de ascensão das mais diversas secretarias. Mas é inegável que a publicação da lei do novo Ensino Médio, sem a devida participação dos docentes na elaboração do projeto, fez um movimento oposto no sentimento de valorização. Sobre este retrocesso:

Infelizmente, as mudanças no cenário político brasileiro levaram à finalização do PNEM e instituíram a Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei n. 13.415/2017, demonstrando que as políticas educacionais representam os interesses de governo, com a promessa de superação de todos os problemas por meio da oferta de uma educação de qualidade (Morescho & Delizoicov, 2018, p. 369).

Desde o lançamento de mudanças para o Ensino Médio houve um temor por parte dos educadores no que concerne à desvalorização do trabalho docente e uma quebra de anos de experiências acumuladas no ensino disciplinar. O novo modelo, ainda em fase de implementação, ou próximo de sua completa revogação, apresenta uma reconfiguração dos conteúdos com a indicação de que sejam organizados por áreas interdisciplinares. Sobre estas mudanças:

Destacamos que a reorientação curricular é um aspecto de extrema relevância para o âmbito educacional, constituindo-se como uma urgência diante do contexto atual da pandemia do novo coronavírus, a qual foi responsável por uma série de mudanças e transformações sociais, ao mesmo tempo em que possibilitou refletir sobre novos desafios a serem superados pelas instituições de ensino, necessitando assim, de constantes reinvenções (Antunes *et al.*, 2020, p. 10).

Contudo, que nova reorientação curricular é necessária? Será que a especialização precoce dos discente é o caminho? É inconcebível. Discutir para a construção de um modelo que realmente contemple os desafios da atualidade é que deve ser o caminho. Um dos aspectos reside em como o PNEM pode contribuir no entendimento sobre a educação profissional.

### **3.4 Um breve olhar sobre a educação profissional**

No Brasil, a educação profissional se torna foco das metas educacionais de forma cíclica. Foi assim, por exemplo, nos acordos MEC-USAID que incentivaram este tipo de educação nos tempos da ditadura militar do Brasil. Também vem acumulando força atualmente nas mais variadas políticas públicas dos últimos governos desde os anos 2000 aos tempos atuais. Também é fato que a educação profissional no Brasil mudou muito com a implantação dos Institutos Federais, pois, segundo Alves, Santiago et al. (2022), a partir destes, novas práticas pedagógicas foram implantadas.

E se antes os docentes tinham como preocupação a formação dos jovens para a vida, fato é que preparar de alguma forma para o mercado de trabalho tem sido mais um dos afazeres docentes. A pesquisa de Speck, Lara e Carpes (2016) traz reflexões sobre as contribuições da formação do PNEM à educação profissional. Um dos pilares da formação do PNEM, por exemplo, foi pautado no conceito de protagonismo estudantil, um aspecto fundamental quando se considera a aprendizagem e exercício profissional em idade ainda tão jovem. O próprio entendimento de quem é o jovem do Ensino Médio é fundamental para as etapas de planejamento educacional e a pesquisa mostrou os ganhos conceituais sobre a temática em questão, bem como um redesenho curricular:

Considera-se que o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) e o Projeto de Redesenho Curricular (PRC), ambos previstos pelo Pacto, possuem significativa relevância na superação do quadro negativo que persiste nessa etapa da educação. Contudo, para além dessas ações, localizadas mais ao nível de realização pelas escolas, é necessário viabilizar uma sólida política pública de nível nacional, que permita às escolas as condições concretas de efetivação de uma proposta realmente capaz de responder aos imensos desafios apresentados (Speck, Lara e Carpes, 2016, p. 119).

A educação profissional sucinta o debate sobre a função do Ensino Médio. Ele já deve preparar para um exercício profissional ou deve ser base para a ascensão ao Ensino Superior? Na prática, os sistemas de ensino têm objetivado um meio termo, uma decisão que precisa de estudos sobre os alcances dessa abordagem. A única certeza é que a função primordial do Ensino Médio, preparar para a vida como um todo, não deve ficar em segundo plano para priorizar ensinar uma profissão ou se guiar apenas pelas estratégias de aprovação no vestibular.

Também é crescente o sentimento de que todas as escolas não precisam ter o mesmo direcionamento. Algumas podem ter uma parte de sua carga horária dedicada ao ensino técnico, outras dedicadas ao ensino regular e algumas adotando outros modelos, mas todas tendo uma base curricular comum e, ainda assim, respeitando a regionalidade. E estas observações não são

contempladas no modelo que se propõe no novo ensino médio. Refletir na base docente da educação é necessário: urge. E o PNEM pode ajudar neste sentido.

#### 4. Considerações Finais

Pensar em política pública consistente para educação no Brasil é ter ciência de que se está trilhando por um caminho de muitas promessas, anúncios, mas de poucas ações efetivas neste sentido. Muitas ações são planejadas e realizadas temporariamente muito mais pelo impacto político do que pelas reais necessidades percebidas nas instituições das diferentes esferas do ensino. Portanto, são frágeis as ações que enveredem para atender as determinações da carta magna do país em relação aos direitos sociais dos indivíduos.

Com o Pacto pelo fortalecimento do Ensino Médio não foi diferente! Dois anos de uma adesão ampla para este público, com pesquisas ratificando os ganhos oriundos do processo formativo e, ainda assim, o resultado foi o cancelamento do projeto. Claro que, contextualizando o período que findou o projeto, o Brasil entrou em crise política econômica, sendo este fator um forte argumento para alterar o projeto, mas dificilmente uma narrativa sólida para entendermos a extinção plena dele.

O Brasil, assim com os demais países, precisa de uma reinvenção educacional que dê novas forças para todo um conjunto de empecilhos que precisam ser superados. Nos estudos realizados estão os artigos que falam dos principais ganhos advindos do PNEM e, de forma inevitável, pensamos que estes pontos positivos muito se encaixam com algumas importantes necessidades educacionais de nosso país: ressignificação de práticas pedagógicas; qualificação da escolha do livro didático; atuação docente em novas possibilidades curriculares; discussão sobre educação profissional.

O objetivo deste texto não foi defender que esta formação analisada é a fórmula mágica que irá vencer os desafios impostos pelo mundo contemporâneo. Mas fato é que sem um olhar e ação docente mais qualificados, como propõe o PNEM, tais melhorias dificilmente serão alcançadas. Ainda que não seja o PNEM, mas refletir, debater e agir é algo que urge na educação brasileira.

Estudos futuros podem estabelecer as relações entre formações continuadas em outros níveis de ensino e a discussão de mudanças curriculares. A compreensão destes processos pode consolidar o olhar das políticas públicas para a criação de espaço de discussão e diálogo que são a base de mudanças na educação.

#### Agradecimentos

Agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará que foi alicerce de conhecimento para os autores deste estudo e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico que apoia financeiramente parte destes.

#### Referências

- Alves, S. D. R. P., da Silva Santiago, L. A., de Carvalho, M. A., & de Souza, R. C. (2022). O trabalho na educação profissional e tecnológica e a teoria histórico-cultural. *Research, Society and Development*, 11(15).
- Antunes, G. P., Pantoja, G. F., & da Silva Cardoso, W. R. (2020). Reorientação curricular, poder, transformações sociais e pandemia do novo coronavírus: um diálogo com Michel Foucault. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (73), 9.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. (2012). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 31 jan. 2012, Seção 1, p. 18.
- Brasil. (2017). Lei n. 13.415, de 14 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. Ministério da Educação. (2013). Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF*, 9 dez. 2013b, Seção 1, p. 24-25.

- Brasil. Ministério da Educação. (2018). Acompanhamento de crianças com risco de evasão será intensificado. Portal do MEC.
- Cunha, R. B., & Prado, G. D. V. T. (2007). A produção de conhecimento e saberes do/a professor/a-pesquisador/a. *Educar em Revista*, (30), 251-264.
- Dias, M. L. (2022). Novo Ensino Médio: uma análise crítica sobre a reforma do ensino médio no Brasil e seus impactos no ensino de Física. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Física, Niterói.
- Imbernon, F. (2006). *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. Cortez.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5a ed.). Atlas.
- Melo, L. F. de, & Rocha, J. E. da. (2023). Desafios e possibilidades do novo Ensino Médio a partir da perspectiva dos professores de uma Escola da Rede Pública. *Research, Society and Development*, 12(6), e11712642073.
- Moran, J. M. (2000). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Papirus Editora.
- Morescho, S. M. Z., & Delizoicov, N. C. (2018). A formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio na Gerência Regional de Educação de Chapecó, SC. Roteiro, 345-376.
- Nascimento, F. J. do, Araújo, R. R., & Lima, M. do S. L. (2017). Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio: ressignificando a formação de professores. *Revista COCAR*, Belém, 11(21), 117-141.
- Nascimento, K. B. do, Amestory, M. B., & Tolentino-Neto, L. C. B. de. (2018). Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e o Programa Nacional do Livro Didático: aproximações necessárias. *Revista Diálogo Educ.*, 18(57), 526-550.
- Pimenta, S. G., & Lima, M. S. L. (2017). *Estágio e docência* (8a ed.). São Paulo: Cortez.
- Rebouças, V. F. D. S. L., de Jesus, G. B., de Oliveira, Y. F., & Lima, V. F. S. (2022). Narrativas docentes sobre valorização e fortalecimento profissional: o caso do Pacto pela Educação em Goiás. *Research, Society and Development*, 11(13).
- Ribeiro, M. (2016, 15 de outubro). A medida Provisória 746 e o Ensino Médio em migalhas. *Brasil de fato*, p. 01.
- Roldão, M. C. (2007). Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 94-103.
- Sá, R. C., França-Carvalho, A. D., da Silva Sousa, J., & Alcoforado, J. L. M. (2022). O novo Ensino Médio e o Projeto de Vida: mobilizando o protagonismo do aluno na escola. *Research, Society and Development*, 11(13).
- Silva, M. R. da, & Krawczyk, N. (2016). Quem é e o que propõe o Projeto de Lei da reforma do Ensino Médio: entrevistando o Projeto de Lei 6.840/2013. In J. C. de Azevedo & J. T. Reis (Orgs.), *Ensino Médio: políticas e práticas*.: Editora Universitária Metodista IPA.
- Speck, R. A., Lara, A. M. de B., & Carpes, D. M. L. (2016). Considerações sobre o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a Formação Profissional. *B. Téc. Senac*, 42(3), 106-121.
- Tardif, M. (2002). Saberes docentes e formação profissional. *Vozes*.
- Vaz, P. R. (2014). *Estudo documental reflexivo: Fundamentos e contribuições para a pesquisa qualitativa*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 14(1), 91-108.